

*O Estado de São Paulo*  
*Quinta-feira, 16 de abril de 1998*

## **Academia e jogo de cintura**

*É difícil aceitar que desemprego nas montadoras seja mais grave que noutros setores da Economia*

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

São frequentemente obras que se pretendem menos sérias, ou mesmo desprovidas de grandes ambições políticas, que lançam mais luz sobre as formas de funcionamento de uma determinada sociedade. Entre esses livrinhos influentes, ou que deveriam sê-lo, destacam-se o recente e popular tratado teórico de Carlo Cipolla sobre taxionomias da estupidez humana e o clássico *Propos de O. I. Barenton, confiseur, ancien élève de École Polytechnique*, de Augusto Detœuf. O livro inclui considerações sobre o mundo industrial e financeiro, pretensamente elaboradas por um antigo aluno da Escola Politécnica de Paris que, depois de tornar-se genro de um fabricante de barbatanas de espartilho, resolveu liquidar o negócio, visitar os Estados Unidos e dedicar-se à produção de sorvetes, finalmente quebrando com a crise de 1929.

Algumas dessas reflexões, cujo humor não esconde a grande experiência empresarial do autor, parecem aplicar-se plenamente à situação do Brasil de hoje. No pequeno léxico dos negócios de Barenton: “teórico” é o indivíduo que não compartilha a sua opinião, “consultar” é a maneira respeitosa de solicitar a alguém que concorde com a sua opinião. Barenton sobre a opinião pública: “A maior coragem não é a militar, que tem o apoio da opinião pública, mas a coragem cívica que ousa contrariá-la”.

Em muitas de suas iniciativas mais recentes, o atual governo está passando ao largo da adoção de políticas que, embora sabidamente desejáveis do ponto de vista econômico, requerem uma dose de virtudes cívicas que parece conflitar com seus objetivos políticos. E mais: o governo só parece disposto a consultar especialistas que, segundo os critérios de Barenton, concordem com sua ação. Os especialistas que discordam do governo são “teóricos”, ou seja, não foram bafejados pela sapiência política que automaticamente se respira no Planalto Central. Corre-se o risco de voltar à interpretação meio primitiva do jogo do poder centrado na disputa entre os que têm “jogo de cintura” e as “freirinhas” da academia. Acreditar que necessariamente falta juízo político à academia faz tanto sentido quanto acreditar que necessariamente falta capacidade analítica ao governo. Não é necessário ser Maquiavel redivivo para perceber, mesmo de academia, que o cálculo político é importante e, também, o timing político.

Mas parece razoável supor que o governo deva definir suas prioridades e depois levar em conta as restrições políticas à realização de seu programa. No limite, essas restrições podem levar à paralisia na instituição de reformas. O antídoto capaz de remover as restrições políticas é uma combinação de manobra política e de coragem cívica. O problema é que critérios políticos estão tendo influência indevida na formulação de prioridades e coragem cívica parece não dar safra em ano eleitoral.

O exemplo que ilustra de forma mais clara esse tipo de comportamento do governo é a inadequação do esforço de ajuste das contas públicas, considerado insuficiente por especialistas nos dois últimos anos e justificado pelo governo por uma mistura de otimismo inveterado e explicações evasivas. Mas a mesma síndrome revela-se em outras esferas, tais como a política

de comércio exterior. Também neste caso, o governo tem algo a mostrar, mas nada que configure liberalização comercial adicional, pois, a despeito de compromissos formais com a liberalização, muitas decisões específicas têm revertido a liberalização herdada de governos anteriores. Foram aumentadas tarifas, decidiu-se financiar projetos “prioritários” selecionados de substituição de importações com taxas de juro subsidiadas. A volta à política do guichê infelizmente faz parte da atual política de comércio exterior e do que o governo chama de política industrial. E a tendência parece ser o agravamento dessas distorções.

De novo é o setor automobilístico que indica as intenções governamentais quanto à política do comércio exterior. Ainda digerindo o banquete de favores tarifários, fiscais e creditícios associados ao ultrageneroso regime automotivo, as montadoras de veículos parecem pretender tomar uma carona nas más notícias sobre o desemprego para extraírem favores adicionais do governo. Notícia-se reunião em que o governo, incluindo o BNDES, discutirá com as montadoras e os trabalhadores das montadoras um “planejamento estratégico” para o setor. O desemprego no Brasil, como na maioria das demais economias na economia mundial, é um problema estrutural que merece a atenção do governo. Especialmente porque há um conflito sério entre tornar o Brasil uma economia exportadora de sucesso, o que exigirá um aumento muito substancial da produtividade da mão-de-obra, e a manutenção da taxa de desemprego em nível socialmente aceitável.

Tentar reduzir o desemprego por meio de fechamento do mercado doméstico ou da concessão de subsídios creditícios é contraproducente do ponto de vista do estímulo às exportações e insustentável no médio prazo.

Além disso, a menos por razões de estrita conveniência política, é difícil perceber por que as montadoras e seus empregados devem ser interlocutores privilegiados do governo nessa questão. Ou será que desemprego nas montadoras é, por definição, socialmente mais grave do que em outros setores da economia? O problema é global e requer solução global, ou seja, que possa ser estendida a outros setores industriais afetados de forma semelhante. Se o governo quer fazer política contra o desemprego coerente deve introduzir programas de retreinamento da mão-de-obra.

E, também, levar em conta o objetivo de redução de desemprego nas suas decisões relativas a investimento público e a estímulos horizontais ao investimento privado, isto é, limitando o escopo da escolha discricionária dos beneficiados por parte do governo. É hora de fechar os guichês para clientes especiais, incluindo os crônicos.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.